

JORNAL da

MATO GROSSO



PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0036 | MAIO DE 2016 - www.oab.org.br



Entidades buscam apoio na AL e deputados derrubam veto do governo ao RGA do TJ

Página -9

A CORRIDA DA CAA-MT ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS E SERÁ NO DIA 28/08 EM CUIABÁ

Página -11

Defesa das prerrogativas é cobrada em reunião com secretário de Segurança

Página -8

Direito em Debate abre a discussão jurídica de temas polêmicos

Página -13

OAB de Lucas do Rio Verde sedia reunião e entrega reivindicações para segurança ao governo

Página -07

Em busca de solução para a sociedade, OAB-MT não fará embate político

A pesar do posicionamento que tem manifestado acerca da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores do Poder Executivo, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Campos, deixa claro que a entidade não fará disso um embate político.

A proposta é justamente o contrário. “A Ordem se coloca à disposição de ambos os lados. Procuramos o Governo e o secretário de Estado de Gestão, com sua equipe, apresentou a situação do Estado e, agora, o próximo passo é nos reunirmos com o Fórum Sindical para tentar intermediar a situação”, explicou o presidente.

Ele afirma que o objetivo é garantir o direito constitucional do servidor - que é o maior patrimônio do Estado – de receber a RGA e, em contrapartida, encontrar uma forma, junto ao Governo, para que esse pagamento seja possível.

“O que nós não compactuamos é que a sociedade sofra as consequências de um desentendimento entre servidores e Governo deflagrando movimentos grevistas, privando o cidadão mato-grossense dos serviços essenciais, uma vez que todos os serviços públicos são considerados essenciais”, explicou Leonardo Campos.

O presidente ressalta, contudo, que a greve é um direito

constitucional do trabalhador. Para ele, é possível compatibilizar os interesses dos servidores com as contas do Estado e a entidade está pronta para contribuir na construção deste entendimento, atuando de forma isenta e sem qualquer interesse político na tratativa.

Conforme os dados apresentados pelo Governo, Mato Grosso ultrapassou o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para as despesas com pessoal. Enquanto a legislação preconiza que os gastos com pessoal no Poder Executivo Estadual não podem ultrapassar 49% da Receita Corrente Líquida (RCL), o balanço do 1º quadrimestre do Estado aponta que a despesa já consome 50,46% deste montante.

Quando o limite é atingido, é vedado ao Estado conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, no entanto, não se aplica neste caso a RGA, uma vez que trata apenas da recomposição das perdas inflacionárias.

Além da crise que afeta todo o país e já faz com que a maioria dos estados brasileiros comece a atrasar a folha de pagamento, um fator que contribui para a dificuldade de Mato Grosso na concessão da RGA é o aumento expressivo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base para a revisão, em relação ao período anterior. O INPC de 2015, que pauta a reivindicação dos servidores, ficou em 11,28%, enquanto no período anterior foi de 6,25%.

No ano passado, a RGA foi concedida de forma parcelada.

No balanço do 1º quadrimestre de 2015, o Governo tinha comprometido 48,78% de sua RCL nas despesas com pessoal do Poder Executivo, ficando pouco abaixo do limite máximo, mas acima da margem prudencial, que é de 46,55%.

Após a concessão da RGA de 6%, o Estado conseguiu fechar o balanço do 3º quadrimestre com uma despesa de pessoal equivalente a 49,74% da RCL.

Além da preocupação com o cenário atual, que na avaliação do presidente da OAB-MT já pode ser considerado gravíssimo, uma vez que a sociedade já sente os nefastos efeitos da greve, a intermediação também está atenta ao planejamento para o próximo ano, evitando que em maio de 2017 a situação se repita.

Cumprindo o que determina a legislação, o Governo encaminhou no último dia 31 para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), justamente no momento em que propõe o parcelamento da RGA deste ano com a concessão de duas delas somente a partir do ano que vem, o que impactaria a projeção orçamentária para o próximo exercício.

Também, segundo as declarações da própria equipe econômica à imprensa, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o atual exercício, diferentemente da LDO, não previa a concessão da RGA neste ano.

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Daltro

Conselheiros Federais

Duílio Piatto Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Camerino dos Santos
Liliana Agatha Haddad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marçal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes

Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishiyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luiz Filipe Oliveira de Oliveira
Luiz Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa
Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho

Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinicius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira
Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Relatores do TED

Adalberto Lopes de Souza – Presidente – OAB/MT 3.948
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva – Relator – OAB/MT 10.361
Alencar Felix da Silva – Relator – OAB/MT 7.507
Amaro Cesar Castilho – Relator – OAB/MT 4.384/B

André Luis Domingos da Silva – Relator – OAB/MT 4.907/B

Andreia Alves – Relatora - OAB/MT 9.416

Apoena Camerino de Azevedo – Relator - OAB/MT 13.314/B

Arnaldo Rauen Delpizzo – Presidente – OAB/MT 4.708/A

Aurelio Alencar Soares de Oliveira – Relator – OAB/MT 7.103/B

Cibeli Simões dos Santos – Relatora – OAB/MT 11.468

Cristiano Alcides Basso – Presidente – OAB/MT 6.252

Décio Cristiano Piatto – Relator – OAB/MT 7.172

Douglas Ricardo Guilhen Melo – Relator – OAB/MT 4.856

Eduardo Cesar de Mello – Relator – OAB/MT 16.572/B

Eduardo Faria – Relator - OAB/MT 4.318/B

Gelson Nunes de Souza – Relator – OAB/MT 9.833/A

Giorgio Aguiar da Silva – Relator - OAB/MT 14.600

Hamilton Ferreira da Silva Júnior – Relator – OAB/MT 11.322

Henrique Alves Ferreira Neto – Relator – OAB/MT 3.837

Ildo de Assis Macedo – Relator – OAB/MT 3.541

Jackson Francisco Coleta Coutinho – Relator – OAB/MT 9.172/B

Jackson Mário de Souza – Presidente – OAB/MT 4.635

João Manoel Júnior – Presidente – OAB/MT 3.284/B

João Paulo Avansini Carmelos – Relator – OAB/MT 10.924

Jonel Benedito Ferreira – Relator – OAB/MT 10.202

José Antonio Gasparelo Júnior – Relator – OAB/MT 7.191

José Ravanello – Relator – OAB/MT 3.291

Josinéia Sanabria Ortiz Prado – Relatora – OAB/MT 9.822

Julierme Romero – Relator – OAB/MT 6.240

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Contatos: (65) 3613-0956/0957

EXPEDIENTE

Jornalistas:
Mariana Marimon - DRT/MT 2086
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243

Produção: ZF Press

Fotografias: Kamila Martins / Guilherme Costa - F5 / Assessoria de Imprensa OAB-MT

Diagramação e Edição: Cláudio Castro - DRT/MT 351



Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Advogados tem livre acesso pelo túnel para Turma Recursal Única

Os advogados já podem acessar o túnel que interliga o TJMT à recepção do anexo Desembargador Antônio de Arruda, aonde são realizadas as sessões da Turma Recursal Única. A OAB-MT assegurou a franquia do acesso aos advogados durante todos os dias da semana.

A demanda foi apresentada em reunião com o presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha, o presidente da OAB-MT Leonardo Campos e o presidente da Comissão de Juizados Especiais (Cojesp), Raphael Naves Dias, no dia 25 de abril. Na ocasião, o pleito também era referente a disponibilização de vagas junto ao estacionamento localizado no prédio Antônio Arruda exclusivamente para advogados.

O TJMT destacou que o estacionamento possui 343 vagas públicas

enquanto o tribunal possui um fluxo diário de acesso 1 mil servidores em atividade no tribunal.

“Nesse aspecto, tenho por admissível para o TJMT e para a OAB-MT, a franquia do acesso dos advogados, durante todos os dias da semana, pelo Túnel que interliga o TJMT à recepção do Anexo Desembargador Antonio de Arruda, possibilitando, assim, o desenvolvimento das atividades administrativas e judiciais pelo TJMT e o exercício regular das prerrogativas legais conferidas aos advogados, com a garantia da reserva de vagas privativas no estacionamento dos visitantes situado no prédio sede do TJMT, além do acesso do público em geral às suas dependências, afastando, em definitivo, a possibilidade de transtornos ao funcionamento do Poder Judiciário”, destacou o desembargador.



EXTENSÃO DO DIREITO

Prioridade de acesso ao Fórum é estendida aos estagiários

Os estagiários inscritos na OAB-MT já possuem acesso direto ao Fórum de Cuiabá. A entidade conquistou a extensão do direito para que os estagiários também tenham o mesmo acesso que os advogados, cujo direito foi conquistado pela entidade no dia 21 de março.

A OAB-MT solicitou a medida para evitar a formação de grandes filas na entrada do Fórum, devido ao

número reduzido de servidores e aumento constante de partes. Com isso, os estagiários podem apresentar a carteira da OAB ao servidor que se fizer presente na catraca de acesso ao complexo, sem necessidade de passar pela guarita central.

Desta forma, o pedido da OAB-MT assegura mais agilidade aos advogados e estagiários, e consequentemente, às demandas da sociedade.



EM AGOSTO

Colégio de Presidentes define campanha de valorização da advocacia

O Colégio de Presidentes Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil definiu a realização de uma campanha nacional pela valorização da advocacia, mostrando à sociedade o real papel dos advogados e advogadas como defensores da cidadania.

Para o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, esse movimento é necessário e urgente. Ele lembrou que vários colegas têm sofrido violações graves de prerrogativas, como acusações de integrar organizações criminosas ao atuar como advogados.

A ideia proposta por Leonardo Campos é de que a campanha seja lançada no mês de agosto, durante as comemorações do Dia do Advogado.



OAB-MT busca solução para demora na realização de perícias

Diante da série de denúncias recebida pela OAB-MT acerca da demora no prazo para a realização de perícia médica para reconhecimento ou não da concessão do benefício previdenciário de auxílio doença no INSS em Mato Grosso, a entidade está realizando o levantamento dos contribuintes que estão aguardando pela realização do procedimento e não descartar ingressar com uma ação civil.

O tesoureiro da OAB-MT, Helmut Flávio, e os presidentes das comissões de Direito do Trabalho, Marcos Avallone; de Direito do Idoso, Isandir Oliveira de Rezende

e de Direito Previdenciário, Emanuele Moura Cuiabano, reuniram-se com o procurador-chefe da Procuradoria da República em Mato Grosso, Gustavo Nogami, para discutir a situação. Em alguns casos, a espera pela perícia tem levado até 7 meses.

Durante a reunião ficou acordado que a entidade irá documentar esses casos de longa espera para a realização da perícia. Assim, os advogados que atendam clientes que se encontram nessa situação, devem encaminhar as cópias da documentação para a OAB-MT.



Comissões levam assessoria jurídica e esportes ao Mutirão da Justiça Comunitária

Assessoria jurídica gratuita e atividades esportivas para a comunidade do Sucuri, em Cuiabá, foram as ações desempenhadas pelas Comissões de Infância e Juventude (CIJ), do Jovem Advogado (COJAD) e de Direito Desportivo da OAB-MT durante o Mu-

tirão de Justiça Comunitária no dia 14 de maio.

Orientação nas áreas de Direito da Família, Previdenciário, Trabalhista, Cível e Criminal, sobre adoção legal, além de jogo de futebol e artes marciais promoveram a integração entre a OAB-MT e a comunidade.



Codel cobra TJMT melhorias para funcionamento do PJe

Em reunião no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), o presidente da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OAB-MT, Gonçalo Adão, solicitou a visualização de documentos juntados no Portal Eletrônico do Advogado (PEA) em razão da mudança na forma onde estava disponível esta fun-

ção, sem prévio conhecimento.

Ele também questionou o uso do PJe nas comarcas em que foi implantado. De acordo com o TJMT, as informações ainda não foram coletadas com o público interno. O Judiciário solicitou que a OAB-MT promova uma pesquisa, via Internet, de satisfação do público exter-

no para auxiliar na validação e resultado da ferramenta. Outro pleito abordado foi sobre o PROJUDI permitir que a parte dê ciência na citação/intimação processual, não gerando nesse caso, qualquer informe imediato ao advogado, que acaba perdendo o prazo.

Diretor do Departamento de Pri-

moramento da 1ª Instância (DAPI/CGJ), Reginaldo Cardozo informou que ainda não há certificado digital para todos os servidores, por isso não há como dar uma maior celeridade na utilização do PJe, mas os problemas já foram identificados para tomar as devidas providências.

Com experiência nas principais campanhas, advogados apresentam mudanças na legislação eleitoral

Uma série de mudanças na legislação eleitoral será conhecida, na prática, nas próximas eleições municipais. Com o objetivo de esclarecer e preparar os atores que estarão envolvidos nas campanhas eleitorais em Mato Grosso, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Ministério Público (MP) e Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) realizaram o evento “Eleições 2016” em maio.

Entre os mais experientes advogados eleitorais que atuaram nas últimas campanhas em Mato Grosso, os presidentes das comissões de Direito Eleitoral, José Antonio Rosa, e de Ensino Jurídico, José Patrocínio de Brito Junior, apresentaram, com base no que se pratica no dia a dia da

campanha, as principais mudanças que estarão em vigor neste pleito.

Rosa apresentou um aspecto geral da nova legislação, dando dicas práticas para que os candidatos e sua equipe evitem problemas e atentem-se aos prazos, desde o momento que antecede as convenções partidárias, até o encerramento do processo eleitoral.

Já Patrocínio trouxe um panorama geral das regras envolvendo o financiamento e arrecadação de campanha. Ele lembrou que todos os grandes escândalos da história política brasileira, desde o assassinato do procurador da República Pedro Jorge de Melo, “anões do orçamento”, morte de Paulo César Farias e muitos outros, tiveram início justamente nas campanhas eleitorais.



“Se você está se propondo a ser um bom gestor municipal, mostre isso na sua prestação de contas”, destacou.

Além da vedação de doações de

empresas e de origem estrangeira, os advogados reforçaram o alerta sobre as doações não identificadas, que não podem ser aceitas de forma alguma pelo candidato ou partido.

Mais da metade dos municípios mato-grossenses terão limite de R\$ 100 mil para campanhas

Entre as mudanças de maior impacto na legislação eleitoral que poderá ser observada nas eleições municipais que se aproximam está a estrutura das campanhas políticas. Com regras mais rígidas para seus financiamentos, os candidatos terão que abusar da criatividade para conquistar o eleitorado.

Levantamento feito pelo presidente da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados

do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), José Patrocínio de Brito Júnior, aponta que, dentre os 141 municípios de Mato Grosso, em 74 as campanhas para o cargo de prefeito não poderão exceder o limite de aproximadamente R\$ 100 mil.

Candidatos a vereador de 73 municípios terão que ser ainda mais criativos, uma vez que o limite de gasto estimado para suas campanhas é de apenas cerca de R\$ 10 mil.



CIJ alerta sobre exploração sexual em palestra para 300 alunos em Santo Antônio

Em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Contra Crianças e Adolescentes, lembrado em 18 de maio, foi lançada Campanha Estadual de Enfrentamento à Violência e Abuso Sexual na Escola Estadual Hermes Rodrigues de Alcântara em Santo Antônio do Leverger com palestra da Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT para mais de 300 alunos. A presidente da CIJ Tatiane de Barros, participou do lançamento, juntamente com o coordenador geral, juiz Jamilson Haddad e a presidente do Conselho Estadual da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), Annelyse Cândido.

A campanha durante o mês de maio teve como objetivo levar informações à sociedade. “Foi importante esta pales-

tra, pois contou com a participação de 320 crianças e adolescentes da escola, bem como conselheiros tutelares, os professores e diretores da escola, e demonstra que estamos divulgando e realizando palestras para coibir este tipo de crime”, explicou Tatiane.

Tatiane ressaltou a importância da data para a prevenção a este tipo de crime. “Ressaltamos que as denúncias precisam ser feitas pelos vizinhos e sociedade em geral quando tiverem conhecimento deste tipo de crime, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal amparam estas pessoas que ao denunciarem estarão em completo sigilo. Então não é preciso existir este medo de se expor, pois quem denuncia fica sob sigilo”, explicou.

Subseção de Tangará cobra TRF para instalação de Vara Federal

A instalação de uma Vara Federal na Comarca de Tangará da Serra foi um dos principais pedidos apresentados ao presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, desembargador Hilton José Gomes de Queiroz, pelo presidente da Subseção de Tangará da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Kleiton Carvalho, o conselheiro federal Josemar Carmerino dos Santos e o secretário-geral adjunto do Conselho Federal, Ibaneis Rocha Barros Junior, em reunião no dia 17 de maio. Também participaram da reunião, o deputado federal Valtenir Pereira e o vereador Rogério Silva.

Entre os temas tratados, foi solicitada a celeridade no julgamento do conflito negativo de competência relativo aos processos de competência da



União antes da instalação da Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal (UAAJF). Tratando-se de processos previdenciários chega-se a uma quantia superior a 7.000 demandas

que aguardam definição em vista do impasse sobre de quem é a competência dos processos de interesse da União antes da instalação da UAAJF.

E também a viabilização da insta-

lação de uma Vara Federal na Comarca de Tangará da Serra e que essa Vara tenha competência jurisdicional abrangendo as cidades de Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio, Nova Olímpia, Denise e Porto Estrela.

Kleiton Carvalho afirmou que as demandas levadas ao TRF 1ª Região, são de extrema importância para a sociedade e para toda advocacia da região. “Esse universo de mais 7.000 processos previdenciários suspensos necessita de uma definição urgente e foi esse o compromisso que tivemos por parte do Presidente do TRF1ª Região, Dr. Hilton Queiroz que compreendeu a situação e firmou compromisso de impor celeridade para que o conflito seja o quanto antes julgado”, disse.



CAMPANHA EM TANGARÁ

750 livros são doados à Escola Estadual

“A leitura prepara para o futuro”, foi o tema da campanha lançada pela Subseção de Tangará da Serra da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), que através da Comissão de Assuntos Sociais promoveu a entrega de 750 livros, que foram doados à biblioteca da Escola Estadual Pedro Alberto Tayano, no dia 12 de maio.

A campanha teve início no mês de abril quando se comemora o Dia Mundial do Livro e o Dia Nacional do Livro Infantil. Todos os livros foram doados para a biblioteca da Escola Estadual Pedro Alberto Tayano na Vila Esmeralda.

A iniciativa contou com

apoio da sociedade e entidades onde foram instalados os pontos de coletas de livros, como a sala da OAB, faculdades Unic e a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra (ACITS) e Shopping Center Tangará.

O presidente da 10ª Subseção, Kleiton de Carvalho destacou que através de ações como estas, a OAB-MT se aproxima da sociedade e reiterou a importância da leitura. “O conhecimento ninguém pode tirar de nós. Agradecemos imensamente a participação de todos que de alguma forma contribuíram para o sucesso da campanha”, concluiu.



Subseção de Rondonópolis reúne-se com diretoria da “Mata Grande”

Em atenção às prerrogativas dos advogados, os presidentes das comissões de Direito Carcerário e de Prerrogativas da Subseção de Rondonópolis da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Bruno de Castro e Rafael de Oliveira, respectivamente, reuniram-se com diretores e equipe jurídica

da Penitenciária Major Eldo Sá Corrêa “Mata Grande”, em Rondonópolis.

O encontro aconteceu no dia 6 de maio e teve a finalidade de fixar algumas diretrizes para melhorar o relacionamento entre advogados e o sistema penitenciário. “A reunião foi de suma importância, pois teve a intenção e padronizar alguns procedimentos nessa

relação”, comentou Castro.

Entre os pontos discutidos na reunião, foi abordada a questão da revista e do tratamento dispensado ao advogado em atenção ao que preconiza as prerrogativas. Também foi solicitada à diretoria da unidade que os profissionais possam aguardar dentro da unidade a liberação de

clientes, mediante expedição de alvará de soltura.

Outra questão definida foi em relação aos jovens advogados, que ficavam impedidos de acompanhar seus clientes até receberem a carteira. Agora, mediante apresentação do certificado e documento com foto, eles terão o acesso liberado.



OAB de Lucas do Rio Verde sedia reunião e entrega reivindicações para segurança ao governo

Preocupados com o aumento na criminalidade no município de Lucas do Rio Verde, autoridades locais e representantes de diversos segmentos da sociedade, estiveram reunidos no dia 30 de maio, na sede da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Gros-

so (OAB-MT) para encaminhar uma série de reivindicações ao governo do Estado no que concerne à segurança pública.

A atuação em conjunto será para cobrar do governo, uma ação imediata para conter o aumento da criminalidade no município.

Entre as cobranças que foram elencadas nesta reunião, constam a reestruturação das polícias e de todo o sistema de segurança de Lucas do Rio Verde. Desta reunião, será elaborado um documento com todas as reivindicações da população e a Seccional atuará na intermediação deste

diálogo com o governo do Estado.

Em menos de 15 dias, mais de 30 comércios foram assaltados. Diante dos casos registrados, o município conseguiu a presença da Rotam (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas) e do GCCO (Gerência de Combate ao Crime Organizado).

Mandado de segurança tranca inquérito sobre excesso de honorários em causas previdenciárias

Mandado de segurança impetrado pela OAB-MT determinou o trancamento em definitivo do inquérito civil público instaurado pelo Procurador da República em Sinop, para apuração de eventual excesso de cobrança de honorários advocatícios em causas previdenciárias.

Na decisão, o juiz federal destacou que o Ministério Público Federal (MPF), depois de instaurado procedimento avulso para apuração de excessos na cobrança de honorários advocatícios em matéria previdenciária, decorrido o prazo legal, o transformou em inquérito civil público.

Com relação ao que o Ministério Público alegou de que a OAB-MT tem entendimento, firmado pelo seu Conselho de Ética, de que a cobrança deve



ser limitada a 30%, o juiz destaca que ao tomar conhecimento dos contratos que excediam esse limite, o caso era enviar à Ordem as reclamações recebidas para que a classe decidisse o que fazer, sem

prejuízo da instauração de inquérito criminal caso entendesse o parquet que ali havia indícios de práticas delituosas.

Para o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, trata-se de uma deci-

são importante que reafirma o papel de fiscalização da OAB quanto aos honorários advocatícios. “Esta é uma decisão importante e eis que reafirma o que temos dito que cabe a OAB e tão somente a OAB a fiscalização sobre a cobrança de honorários. Esse é uma prerrogativa e obrigação de nossa instituição e da qual não abrimos mão”, afirmou.

Segundo o secretário-geral da entidade, Ulisses Rabaneda, a decisão judicial coloca as coisas em seu devido lugar. “Seria estranho imaginar a ingerência de um órgão sobre outro de mesma hierarquia, do mesmo modo como seria absurdo admitir tabelamento de honorários de profissionais liberais por órgãos estranhos, que não a própria entidade de classe reguladora. A sentença vem reafirmar as prerrogativas dos advogados e a independência da OAB”, disse.

Da sentença, cabe recurso.

Desembargador indefere aditamentos a incidente de suspensão

Após o pedido formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) e pela Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Paulo da Cunha, sinalizou avanço nas ações referentes à cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) incidente sobre as Taxas de Uso e Distribuição de Usos do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) nas contas de energia elétrica.

O desembargador indeferiu os pedidos de aditamentos feitos pelo Estado no

Incidente de suspensão de liminares nas ações que tratam do assunto.

“Conquanto tenha ciência de que o objeto do incidente tem finalidade política própria que legitimou o deferimento do pedido formulado pelo Estado de Mato Grosso, reconheço que as divergências levantadas pelos eminentes pares neste Tribunal, bem como o entendimento consolidado sobre a matéria no Superior Tribunal de Justiça (STJ), motivam a reconsideração do meu posicionamento anterior”, destaca a decisão.

Há cerca de um ano, o desembargador deferiu o pedido formulado pelo Governo de Mato Grosso para suspender a concessão de liminares e sentenças nas

ações que tratam deste tema, sob a alegação, do Estado, de que tal medida poderia lesar a economia pública.

Desde então, os contribuintes que procuram a Justiça para questionar a cobrança, reconhecidamente ilegal pelo STJ, do ICMS sobre as referidas taxas, não conseguem verificar a efetividade das liminares das sentenças proferidas.

Diante da situação, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e o secretário-geral da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte, Gustavo Guilherme Arrais, reuniram-se com o desembargador requerendo providências acerca de tais julgamentos.

Arrais ressalta que, apesar de ainda

não ter ocorrido o julgamento de mérito do referido incidente, a não inclusão de novas ações no incidente de suspensão permitirá a tramitação processual dos contribuintes que vierem a reclamar seus direitos na Justiça, permitindo a avaliação de cada caso conforme sua especificidade.

Além disso, o próprio desembargador embasa sua decisão de indeferir os aditamentos no fato de que a questão tem sido objeto de debate no TJMT em virtude do posicionamento jurisprudencial do STJ no sentido de que a TUST e a TUSD não fazem parte da base de cálculo do ICMS, fazendo prevalecer o direito em detrimento da questão político-econômica.

OAB-MT adota providências contra ataque em Barra do Garças

O Colégio de Presidentes e a OAB-MT repudiam veementemente os atos de vandalismo praticados na sede da Subseção de Barra do Garças, que registrou a ocorrência no município e consideram uma verdadeira afronta à democracia.

A OAB-MT encaminha o Boletim

de Ocorrência à Polícia Federal para apuração dos fatos.

A Ordem é a Casa das Liberdades Democráticas e não admite o desrespeito aos princípios basilares da democracia, que tem como um seus principais pilares o respeito às divergentes opiniões e livre manifestação

do pensamento.

Conforme previsto na Lei 9.605/98, pichar qualquer edificação urbana é crime ambiental. Ainda, a redação dada pela Lei 12.408/2011 estipula pena de detenção de três meses a um ano, além da aplicação de multa.

A OAB-MT, por decisão de seu

Conselho Pleno em reunião aberta a toda a sociedade, manifestou posicionamento estritamente técnico em relação ao processo de impeachment que, por sua vez, cumpriu todos os requisitos legais, conforme já se manifestou o próprio Supremo Tribunal Federal (STF).



Entidades buscam apoio na AL e deputados derrubam veto do governo ao RGA do TJ

Diante do veto do governo ao projeto de Lei nº 66/2016, que permite a concessão de Revisão Geral Anual (RGA) aos subsídios dos servidores do Poder Judiciário, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos e o presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam) José Arimatéa buscaram apoio dos deputados em visita institucional à Assem-

bleia Legislativa, no dia 23 de maio, para pedir pela derrubada do veto. Na sessão do dia 25, os parlamentares derrubaram a decisão do Executivo e concederam a reposição das perdas inflacionárias aos servidores do Judiciário.

Na oportunidade, os presidentes das entidades se encontraram com o primeiro-secretário da Casa, deputado estadual Nininho (PR), e também com os

deputados estaduais Emanuel Pinheiro (PMDB), Mauro Savi (PSB), Oscar Bezerra (PSB) e Silvano Amaral (PMDB). Os parlamentares firmaram compromisso para a derrubada do veto.

Conforme Leonardo Campos, por telefone, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Guilherme Maluf (PSDB) firmou compromisso de que se chegar o veto até

nesta data, o mesmo deve ser analisado na sessão de 25.

O presidente da OAB-MT pondera que o sistema federativo pressupõe harmonia, independência e autonomia dos seus Poderes. “E o Judiciário, prevendo a crise brasileira, se preparou e concedeu o reajuste aos servidores conforme previsão orçamentária”, concluiu.

OAB-MT propõe intermediar diálogo com sindicatos

Após se colocar prontamente contrária ao veto do Governo do Estado ao projeto de lei que permitia a concessão da Revisão Geral Anual (RGA) aos servidores do Poder Judiciário, a OAB-MT se colocou à disposição dos sindicatos de servidores do Executivo para intermediar nas negociações.

“Nos colocamos à disposição de todos os sindicatos. Entendemos que a negociação deva partir deles e a OAB-MT está de portas abertas para intermediar”, ressaltou o presidente da Ordem, Leonardo Campos.

21 categorias já decidiram paralisar as atividades, situação vista com preocupação pela OAB-MT. “Se essas categorias entrarem em greve, o Estado para”, afirmou de acordo com ele, o que a Ordem busca é a resguardar a dignidade da pessoa humana. “O servidor é o principal patrimônio do Estado, portanto, a recomposição,

quando temos notícias de crescimento de arrecadação e redução dos gastos públicos, pode ser concedida”, comentou.

Em Mato Grosso, a política de Revisão Geral Anual (RGA) da remuneração e do subsídio para servidores públicos do Poder Executivo Estadual é regulamentada pela Lei 8.278 de 30 de dezembro de 2004, que condiciona a concessão à ocorrência de perdas salariais resultantes de desvalorização do poder aquisitivo; incremento da Receita Corrente Líquida verificada no exercício anterior ao da revisão, atendidos os limites para despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), respeitado o índice prudencial da Secretaria do Tesouro Nacional, além de capacidade financeira do Estado, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social.

Acesso dos advogados aos clientes durante paralisação do sistema penitenciário é solicitado à Sejudh

Para garantir a prerrogativa dos advogados em terem acesso aos seus clientes, a OAB-MT solicitou à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) que este direito seja resguardado, durante a paralisação e greve dos servidores do Sistema Penitenciário. Nos dias 24 e 25 foi realizada paralisação e há indicativo de greve aprovado para 31 de maio.

O presidente da OAB-MT Leonardo Campos solicitou ao secretário Márcio Dorileo, que seja garantido aos advogados o acesso aos clientes, que se encontram recolhidos em estabelecimentos prisionais em todo Estado, em respeito ao disposto no

artigo 7º inciso III, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

“O Estado deve garantir o direito do preso de se comunicar com seu advogado. Não pode a advocacia e mais ainda o cidadão recolhido em estabelecimento prisional terem seus direitos segregados em razão do movimento grevista”, defendeu Leonardo Campos.

A OAB-MT externa preocupação diante da paralisação e do indicativo de greve anunciado pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário (Sindspen). As medidas foram aprovadas em assembleia geral devido ao não pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) pelo governo.

CAA/MT leva vacina contra H1N1 a todas as Subseções da OAB

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizou, entre os dias 25 de abril e 19 de maio, ação de vacinação contra a gripe H1N1 no interior do Estado. A equipe da entidade percorreu, de forma inédita, cerca de 12.000 quilômetros, visitando todas as 29 Subseções da OAB/MT para imunizar os profissionais da advocacia. Essa atividade faz parte da campanha organizada pela Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad).

“Encerramos essa ação com a sensação de dever cumprido. Afinal, num cenário em que as vacinas não são encontradas facilmente nos postos de saúde e clínicas especializadas, nós conseguimos com muita luta e determinação, junto ao Concad, 1.100 doses para todo o Estado”, declara o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Segundo a vice-presidente da CAA/MT e presidente da Comissão de Eventos da OAB/Sinop, Xênia Artmann

Guerra, a ação recebeu vários elogios por parte de advogados e advogadas que aprovaram o fato de se privilegiar aqueles profissionais adimplentes com a OAB. Tanto em Cuiabá quanto no interior, as doses contra o H1N1 foram aplicadas gratuitamente em quem estava em dia com suas anuidades profissionais.

O delegado da Caixa de Assistência em Água Boa, Tiago Thoma Martins de Paula, destacou essa gratuidade. “Parabenizo a diretoria pela inédita atuação no interior de Mato Grosso. Sabemos do esforço de todos para beneficiar o maior número possível de colegas. Nossa Caixa de Assistência é, sem dúvida, diferen-

ciada, pois disponibilizou a vacina sem custo algum. Em Goiás, por exemplo, foi cobrada uma taxa de R\$ 50”.

Itallo Leite agradeceu ao empenho dos Delegados e Delegadas da CAA/MT que foram os responsáveis pela execução da campanha de vacinação

em suas subseções. “Todos estão de parabéns pelo excelente trabalho que realizaram. As ações da Caixa de Assistência só tem êxito porque há uma equipe competente e dedicada que não mede esforços em fazer o melhor para a advocacia mato-grossense”, finaliza.



CAA/MT entrega doações para crianças da Santa Casa de Misericórdia

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Itallo Leite,

realizou a entrega de 175 latas de leite em pó. Os donativos foram recebidos por uma das idealizadoras do Grupo Humanizando Samia Lima Barros que atua, de forma voluntária, na ala pediátrica da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

“Dar assistência à sociedade também é uma das missões da Caixa de Assistência dos Advogados. Sentimos muito orgulho em colaborar com uma instituição como a Santa Casa de Cuiabá. Nas gestões anteriores, essa questão da responsabilidade social esteve adormecida, mas, agora, retomamos essa missão com força total e vamos caminhar junto com a advocacia e com a sociedade”, frisou Itallo Leite.

Ele lembrou que as latas de leite em pó foram arrecadadas junto aos advogados e advogadas em evento de encerramento do projeto Março Sempre Mulher, ocorrido em Cuiabá.

Samia Lima Barros explica que o Grupo Humanizando, há anos, desenvolve atividades lúdicas e dá assistên-

cia, das mais variadas formas, às crianças internadas na Santa Casa. “Nosso foco é o contato direto com os pacientes. Todas as doações são entregues por nós, diretamente, para a criança ou adulto que a estiver acompanhando. E ficamos muito felizes em contar, mais uma vez, com o apoio dos advogados e advogadas por meio da Caixa de Assistência. Os leites vieram em boa hora. Tenham certeza que mais que um alimento para o corpo, esse gesto de doação transformasse em alimento para a alma”.

O presidente da CAA/MT e a representante do Grupo Humanizando percorreram todos os leitos da ala pediátrica, realizando a entrega das latas de leite em pó. A surpresa agradou tanto os pais quanto os pequenos pacientes. “Como aqui há rotatividade de internações e a quantidade de leite doado é grande, estaremos entregando as doações ao longo da semana. Assim, atingiremos mais crianças”, explica Samia Lima Barros.



CAA/MT celebra convênios com empresas de Cuiabá e Várzea Grande

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) informa aos profissionais da advocacia que celebrou parcerias com as seguintes empresas de Cuiabá e Várzea Grande:



Alphaville Buffet

Avenida João Paulo II, 19, bairro Jardim Santa Marta, Cuiabá. (65) 3621-6272



Cultura Inglesa

Unidade Centro: Rua 12 de Outubro, 227, bairro Centro, Cuiabá. (65)3051-4900
Unidade Florais: Avenida dos Florais, 667, sala 06, Condomínio Florais Cuiabá
Residencial. (65)3359-3212



Galeto Cuiabano

Rua João Bento, 817, bairro Quilombo, Cuiabá. (65) 2127-2117



Phídias Cooperfitness

Rua Estevão de Mendonça, 854, bairro Quilombo, Cuiabá. (65) 3027-6542



Maison Blanche – locação

de vestidos de noivas e festas
Rua La Paz, 261, bairro Jardim das Américas, Cuiabá. (65) 3029-2668

5k|10k
USE TODOS OS RECURSOS
EXECUTE
28/08
CUIABÁ/MT
07:00HS

INSCRIÇÕES
NO SITE CAAMT
A PARTIR DE
13/06
www.caamt.com.br

REALIZAÇÃO
CAAMT
OAB
MATO GROSSO

CORRIDA DA
**ADVOCACIA
KIDS**

27/08
16:00HS

INSCRIÇÕES NO SITE CAAMT
A PARTIR DE 13 DE JUNHO
www.caamt.com.br

REALIZAÇÃO
CAAMT
OAB
MATO GROSSO

Desembargador do TRT 23 encerra programação do MT Maio Trabalho

A programação do MT Maio Trabalho foi encerrada na Capital com a palestra do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região (TRT 23), Edson Bueno.

No auditório da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), o magistrado falou sobre os "Aspectos favoráveis e desfavoráveis da instrução normativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a aplicabilidade do novo Código de Processo Civil (NCPC) no Processo do Trabalho".

Aplicada de forma subsidiária ao Direito do Trabalho, a aplicação das mudanças trazidas pelo novo CPC foram explicadas pelo desembargador aos participantes da palestra realizada no dia 31 de maio.



Delação Premiada em debate

Uma das principais protagonistas dos recentes escândalos no cenário político brasileiro é, sem dúvida, a delação premiada. Previsto em diversas leis, o termo de colaboração premiada é um benefício legal concedido àqueles que optam colaborar com a investigação fornecendo informações em troca de diminui-

ção da pena ou até perdão judicial. Desde que ganhou notoriedade a partir da divulgação de grandes casos de corrupção, o instituto vem sendo questionado e gerando posicionamentos diferentes.

Em meio a essa polêmica, a Delação Premiada será o tema da segunda edição do projeto Direito em Debate, no dia 14 de junho, a partir das 18h30, no auditório da OAB-MT e será mediado pelo advogado e professor de Processo Penal, Ricardo Oliveira. Para debater o assunto, os professores e advogados Laila Allemand e Saulo Gahyva apresentam os prontos favoráveis, enquanto Ricardo Spinelli e Hélio Nishiyama os fatores desfavoráveis.

DIREITO EM DEBATE

DELAÇÃO PREMIADA: A APLICABILIDADE PRÁTICA DO INSTITUTO

FATORES FAVORÁVEIS

DRA. LAILA ALLEMAND

FATORES DESFAVORÁVEIS

DR. SAULO GAHYVA

MEDIADOR: DR. RICARDO OLIVEIRA

DR. RICARDO SPINELLI

DR. HELIO NISHIYAMA

R\$ 15,00 + 1KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL OU 1 LATA DE LEITE EM PÓ. CARGA HORÁRIA: 5H/A. CERTIFICADO PELA ESA/MT

14/06/2016, das 18h30 às 22h
 Inscrições: www.oabmt.org.br
 Link ESA -> Área do Aluno

65 3613-0956/0957/0930

CURSOS TELEPRESENCIAIS
 INSCRIÇÕES: WWW.OABMT.ORG.BR

Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso

O ÔNUS DA PROVA E OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO NOVO CPC

COORDENAÇÃO:
ALEKSANDER MENDES ZAKIMI

DIAS E HORÁRIOS:
8 E 9/06 DAS 18H ÀS 20H

CERTIFICADO:
4 HORAS-AULA

CRIMES ELETRÔNICOS: TEMAS POLÊMICOS E ASPECTOS PRÁTICOS

COORDENAÇÃO:
RENATO OPICE BLUM

DIAS E HORÁRIOS:
13 A 16/06 DAS 9 ÀS 11H

CERTIFICADO:
8 HORAS-AULA

DIREITO DAS SUCESSÕES: ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS E ATUALIZAÇÃO FRENTE AO NOVO CPC

COORDENAÇÃO:
FLÁVIO TARTUCE

DIAS E HORÁRIOS:
13 A 16/06 DAS 18 ÀS 20H

CERTIFICADO:
8 HORAS-AULA

O PROCEDIMENTO COMUM NO NOVO CPC

COORDENAÇÃO:
GILBERTO GOMES BRUSCHI

DIA E HORÁRIO:
20 A 23/06 DAS 18 ÀS 20H

CERTIFICADO:
8 HORAS-AULA

SEXTA DA FAMÍLIA: ALIMENTOS NO NOVO CPC - NOVAS ALTERNATIVAS DE EFETIVAÇÃO, FIXAÇÃO E REVISÃO

COORDENAÇÃO:
EDUARDO LEMOS BARBOSA

DIA E HORÁRIO:
24/05 DAS 9H ÀS 11H

CERTIFICADO:
2 HORAS-AULA

DAS PROVAS E SUA PRODUÇÃO DE ACORDO COM O NOVO CPC

COORDENAÇÃO:
ALEKSANDER MENDES ZAKIMI

DIA E HORÁRIO:
27 E 29/06 DAS 9H ÀS 18H

CERTIFICADO:
4 HORAS-AULA

DIREITO AO ESQUECIMENTO, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

COORDENAÇÃO:
RENATO OPICE BLUM

DIA E HORÁRIO:
27 A 30/06 DAS 18H ÀS 20H

CERTIFICADO:
8 HORAS-AULA

LOCAL: SALA ESA-MT NA OAB-MT

VALORES:

PÚBLICO GERAL: R\$ 70 CADA CURSO OU R\$ 120 PACOTE

ADVOGADO: R\$50 CADA CURSO OU R\$100 PACOTE

JOVEM ADVOGADO: R\$40 CADA CURSO OU R\$80 PACOTE

ESTUDANTE OU ESTAGIÁRIO: R\$30 CADA CURSO OU R\$60 PACOTE

ESTAGIÁRIOS INSCRITOS NA OAB: R\$ 20 CADA CURSO OU R\$ 40 PACOTE

Direito em Debate abre a discussão jurídica de temas polêmicos



Realizado pelo coordenador pedagógico da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT), Carlos Eduardo Souza e Silva, o projeto Direito em Debate traz, periodicamente, assuntos polêmicos para o centro de uma discussão jurídica, apresentando os diferentes pontos de vista sobre uma mesma questão.

“É um projeto inovador proposto pela ESA-MT no sentido de propiciar um formato totalmente diferente de evento de evento jurídico, no qual vamos discutir temas diferentes, palpitantes, que estão na cena jurídica e apresentados sob o formato de debate, no qual teremos sempre um mediador e debatedores que vão sustentar

posicionamentos divergentes”, explicou.

Destinado não apenas a estudantes e profissionais da área jurídica, o debate é destinado a toda a sociedade. A primeira edição, realizada em maio, lotou o auditório da OAB-MT na discussão sobre o aborto. Neste mês, o tema escolhido será a delação premiada.

O objetivo do Direito em Debate, segundo o coordenador, é buscar o diálogo e fomentar o conhecimento dentro de um espírito democrático. “A ideia é que a gente possa, em cada ramo do Direito, trazer temas que possam instigar o interesse não somente da comunidade jurídica, mas de toda a sociedade mato-grossense”, comentou.



Discussão sobre aborto lota auditório da OAB-MT

Mais de 250 pessoas participaram da primeira edição do projeto Direito em Debate que abordou os pontos favoráveis e desfavoráveis da descriminalização, legalização ou manutenção da tipicidade criminal da prática de aborto. Considerada crime desde 1940, quando entrou em vigor o Código Penal Brasileiro, é um assunto que

se torna cada vez mais polêmico com o passar do tempo. No Brasil, são realizados cerca de 250 mil atendimentos por ano no Sistema Único de Saúde (SUS) em decorrência de abortamentos, enquanto são realizados aproximadamente 1,6 mil procedimentos legais.

O debate contou com a mediação da advogada Daniela Samaniego. De um

lado, os advogados Nello Nochi e Edeilson Ribeiro Bona apresentaram os posicionamentos jurídicos favoráveis à descriminalização da prática de aborto no Brasil, abordando questões como a proporcionalidade na penalização da mulher que pratica o aborto, uma vez que o ato em si já pressupõe sofrimento e responsabilidades, além da questão da saúde

pública e efetivo cumprimento da legislação. Já as advogadas Laila Allemand e Rosana Laura de Castro defenderam a manutenção da prática no rol de crimes previstos no Código Penal lembrando, entre outros pontos, que o bem tutelado é o direito à vida, não podendo a vida do nascituro ser tratada de maneira diferente do que a dos vivos.





Defesa das prerrogativas é cobrada em reunião com secretário de Segurança



Desrespeito às prerrogativas de advogado é crime

Considerado pela própria legislação como ente indispensável à administração da Justiça, o advogado possui prerrogativas que lhe assegurem o melhor exercício da função. No entanto, não são raras as ocasiões em que cidadãos têm seu direito à ampla defesa tolhido pelo desrespeito a essas premissas.

A partir deste ano, contudo, algumas dessas práticas já podem ser consideradas crime. Agentes que impedirem o acesso do advogado aos autos podem ser responsabilizados criminal e funcionalmente por abuso de poder.

Em janeiro deste ano, passou a vigorar a Lei nº 13.245/2016 que trouxe alterações e inovações ao Estatuto da Advocacia. Uma delas destaca que todo advogado têm direito a examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, sejam delegacias ou Ministério Público, mesmo sem procuração, os autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza – encerrados ou em andamento,

ainda que conclusos à autoridade – e fazer cópias e apontamentos das peças em meio físico ou digital.

Caso essa prerrogativa não seja respeitada, ou ainda os autos sejam fornecidos de maneira incompleta ou sem peças que já tenham sido incluídas no caderno investigativo, cabe responsabilização criminal e funcional por abuso de autoridade do responsável que impedir o acesso do advogado visando prejuízo à defesa.

A Lei nº 4.898/65, que trata do abuso de autoridade, prevê sanções administrativa civil e penal para servidores públicos que incorram em tal prática, que podem ser desde advertências até detenção por seis meses e perda e inabilitação para exercício do cargo.

O cliente investigado ainda tem direito de ser assistido por advogado durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do interrogatório ou depoimento e de todos os elementos investigatórios e probatórios decorrentes dele.

Em defesa das prerrogativas dos advogados, o presidente da OAB-MT Leonardo Campos e o presidente do TDP, André Stumpf estiveram em reunião com o secretário estadual de Segurança Pública, Rogers Jarbas, no dia 17 de maio, e apresentaram as principais demandas da advocacia.

As principais demandas apresentadas pela OAB-MT foram a questão da infraestrutura precárias nas Delegacias de Polícia, em especial na sala de elaboração de boletins de ocorrência, a implantação de um espaço reservado para conversa entre cliente e advogado quando da lavratura da ocorrência pela Polícia Civil.

André Stumpf também pontuou a necessidade de assegurar atividade advocatícia nas Delegacias de Polícia, haja vista a Lei nº 13.245/2016, in-

clusive por meio de edição de portaria ou circular a todas as unidades da segurança pública estadual.

O presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal, Marco Antônio Magalhães dos Santos, o presidente da Comissão de Segurança Pública, Ardonil Manoel Gonzales e o vice-presidente da Comissão de Direito Militar, Eliérson Mettelo de Siqueira também participaram da reunião.

O secretário também convidou para participar da reunião, o delegado-geral adjunto da Polícia Judiciária Civil (PJC) Rogério Modelli, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Júlio Cesar Rodrigues, o comandante geral da Polícia Militar, coronel Gley Alves de Castro e o diretor geral da Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), Rubens Sadao Okada.

Escrivães recebem palestra sobre prerrogativas dos advogados

Escrivães que passam a reforçar o efetivo das delegacias da Polícia Judiciária Civil (PJC) de Mato Grosso receberam palestra sobre as prerrogativas dos advogados ministrada pelo presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf e do vice-presidente Maurício Magalhães Neto, no dia 24 de maio. A finalização do 13º Curso de Formação Inicial Técnico-Profissional de Escrivão de Polícia na Academia de Polícia aconteceu no dia 25.

Ao todo foram 36 escrevães que

participaram a palestra do TDP. A iniciativa é fruto de uma parceria firmada entre a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) e a Secretaria de Segurança Pública (SESP).

O presidente do TDP, André Stumpf, tratou sobre as atualizações da Lei nº 13.245/2016 e destacou a necessidade de assegurar a atividade advocatícia nas Delegacias de Polícia. E também trouxe a Lei nº 8.906/94 e destacou o art. 7º, inciso 14 e 21 e parágrafos do Estatuto da Advocacia.

Informe OAB



Alunos de direito de Araputanga visitam sede da OAB-MT

Alunos de direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) de Araputanga participaram de uma visita para conhecer as instalações da sede da OAB-MT no dia 25 de maio. Este é o segundo ano que a FCARP realiza a visita com os alunos. Foram 18 alunos da disciplina de “Ética geral e profissional” do 3º semestre para conhecerem a sede e percorreram também a Escola Superior de Advocacia (ESA-MT), o Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) e o Tribunal de Ética e Disciplina (TED).

Mais de 1 mil inscritos fizeram 2ª fase do Exame da Ordem em MT

A prova da 2ª fase do XIX Exame de Ordem Unificado no dia 29 de maio, contou com a participação de mais de 1 mil inscritos somente em Mato Grosso. Cuiabá foi a cidade que recebeu mais inscritos, foram 566 no total, seguida de Sinop com 193 inscritos e Rondonópolis com 137.

OAB-MT exalta decisão do STF em afastar Eduardo Cunha da Câmara Federal

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos exaltou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki de afastar do mandato de deputado federal, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). Em fevereiro, o Conselho Federal da OAB já havia solicitado o afastamento imediato do parlamentar após pleito no Colégio de Presidentes das Seccionais.

Blitz educativa conscientiza sobre combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes



Integrando a ampla programação de ações integradas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, desenvolvida pela Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT em conjunto com o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA), Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social (Setas) e Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), foram realizadas no dia 17 de maio, blitz educativas em várias regiões de Cuiabá. As ações aconteceram nas avenidas Tenente Coronel Duarte (Prainha) e Isaac Póvoas, na região Central; no Posto São Matheus, no bairro Pedra 90; na rotatória de acesso ao bairro Santa Izabel e no trevo da Escola Maria Dimpina, na região do Coxipó. As ações aconteceram pois no dia 18 de maio é comemorado o dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

6ª edição do Maio Trabalho foi lançada na OAB-MT

Durante as comemorações do mês do trabalhador, a OAB-MT realiza a 6ª edição do projeto Maio Trabalho. Dividida em três frentes de trabalho, a programação conta com ações em todo o Estado que se estenderam ao longo do mês. O presidente da comissão, Marcos Avallo, explicou que o 6º Maio Trabalho contou com palestras jurídicas, palestras nas escolas e o Trabalho na Praça, que leva uma série de ações de cidadania a toda a população. O projeto conta com parceria da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico (SMTDE), Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Escola Judicial do TRT e Procon Municipal.



Com participação da OAB-MT, evento “Eleições 2016” forma candidatos



Formar cidadãos e candidatos conscientes, este é o objetivo da OAB-MT defendido pelo presidente Leonardo Campos durante abertura do evento “Eleições 2016”, no dia 5 de maio e que foi realizado pela entidade em parceria com o Ministério Público (MPE), Tribunal de Contas (TCE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE) no Hotel Fazenda Mato Grosso. O evento esclareceu aos pré-candidatos as novas regras eleitorais e contou com palestras de presidentes de Comissões da OAB-MT.

Seminário debate proteção integral na Semana Estadual de Adoção

A Semana Estadual de Adoção, que aconteceu no início do mês de maio, teve abertura no auditório da OAB-MT, no dia 4, com seminário da presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad), Suzana Schettini cujo tema foi a “Proteção Integral: Os fragmentos de sua operacionalização”. Durante o seminário, a presidente da Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT, Tatiane de Barros explicou que a via correta para aqueles que desejam adotar é buscar a Vara da Infância. O evento fez parte da Semana Estadual de Adoção 2016, promovida pela Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara) em conjunto com a CIJ e OAB-MT, Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social (Setas), Comissão Estadual Judiciário de Adoção (Ceja-MT), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca-MT) e Sala da Mulher da Assembleia Legislativa (ALMT).

Em Destaque



Presidente da Seccional em Mato Grosso Leonardo Campos com o presidente da OAB Nacional, Claudio Lamachia. A OAB-MT foi até Brasília para votação do impeachment pelo Conselho Federal



Presidente do Instituto Federalista (IF Brasil), Thomas Korontai, parabenizou a OAB-MT pelo rápido posicionamento que tem tomado à frente de situações polêmicas que envolvem a sociedade



Personalidades OAB-MT



Em 19 de junho de 2016 comemora-se o centenário de Gervásio Leite, casado com Nilce e pai de Marília e Moema.

Ele foi desembargador de MT, presidente do Tribunal de Justiça, presidente da OAB-MT, presidente da Academia Mato-grossense de Letras (AML). Fundador da Associação Mato-grossense de Imprensa e do jornal O Estado de Mato Grosso.

Deputado Estadual Constituinte em 1947. Jurista, advogado, professor, jornalista, escritor e poeta.

A família Figueiredo Leite convida para o centenário de Gervásio Leite que será comemorado no dia 21 de junho às 20h no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



A OAB-MT participou com três frentes no projeto Maio Trabalho e uma delas foi o "Trabalho na Praça"! As Comissões prestaram assessoria jurídica gratuita na Praça Alencastro em Cuiabá!

O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de Mato Grosso (Sindepó) Wagner Bassi Junior realizou uma visita institucional à OAB-MT